

AS COLETIVIDADES DA REVOLUÇÃO

Coletivizações agrárias na Guerra Civil Espanhola

Raphael F. Amaral*

Resumo

Neste artigo, discute-se o processo revolucionário levado a cabo na Espanha entre 1936 e 1939 – chamado de “Guerra Civil Espanhola” ou “Revolução Espanhola” –, dando foco nos processos de coletivização de propriedades agrárias que foram promovidos pelos trabalhadores do campo. Tal medida, mesmo que convivendo com toda a problemática contextual, permitiu que se avançasse para uma forma de socialismo antiestatista construído pela base, forjando as bases daquele que foi, sem dúvidas, um dos grandes episódios do anarquismo na história.

Palavras chave: Anarquismo, Guerra Civil Espanhola, Revolução Espanhola, coletivização

O proletariado e o campesinato espanhóis, amplamente liderados por militantes anarquistas cujos nomes jamais serão conhecidos por nós, tencionaram os limites do que, nos anos 1930, chamávamos de “socialismo proletário” e foram muito além deles. Bem distantes do que os líderes da anarcossindicalista Confederação Nacional do Trabalho e a Federação Anarquista Ibérica (CNT-FAI) esperavam ou aparentemente até mesmo pretendiam, anarquistas e anarcossindicalistas espontaneamente formaram os famosos coletivos industriais e agrários que tão marcadamente distinguiram a Revolução Espanhola de qualquer outra que a havia precedido. Eles forneceram os milicianos e milicianas que morreram aos milhares nas primeiras lutas contra os generais franquista que lideraram o levante de julho de 1936 em favor dos latifundiários espanhóis, da burguesia industrial e da Igreja.
Murray Bookchin

Dirigido por Alain Resnais e Robert Hessens, o curta-metragem *Guernica* (1950) utiliza-se de pinturas, desenhos e esculturas de Pablo Picasso executadas entre 1902 e 1947. O eixo, entretanto é a obra mais reproduzida do pintor espanhol, realizada em 1937, também retratando a destruição alemã sobre o povoado basco de Guernica.

* Graduado em História pela FFLCH-USP, pós-graduando em História, Sociedade e Cultura pela PUC-SP, professor da rede particular e cursos pré-vestibulares. Contato: raphael.fa@gmail.com.

O filme do cineasta francês marca a fase de sua carreira em que realizava curtas sobre artistas e suas obras, tais como *Van Gogh* (1948), *Paul Gauguin* (1950) e Picasso. Seguindo elementos da linguagem cinematográfica surrealista (zoom, fusões, velocidade, imagens encadeadas dinamicamente), Resnais apresenta o tema da destruição nazista sobre a Espanha por meio de recortes e colagens de jornais da época, uma envolvente trilha sonora composta por Guy Bernard e a narração do poema “La victoire de Guernica”, de Paul Éluard. Inicialmente, há uma explicação sobre o bombardeio de Guernica em si, narrada por Jacques Pruvost, enquanto são apresentadas fotos da destruição. Então, há o início da leitura do poema na voz de Maria Casares enquanto os trabalhos artísticos de Picasso são apresentados.

Ocupando a narrativa central do filme, a obra *Guernica*, painel de 349cm x 776cm, foi pintada por Picasso em 1937, por ocasião da Exposição Internacional de Paris. Desde 1936, Picasso colaborava com a propaganda antifascista na Espanha ao produzir as gravuras *Sueño y mentira de Franco*. Segundo Argan, *Guernica* é o único quadro histórico de nosso século:

Ele o é não por representar um fato histórico, e sim por ser um fato histórico. É a primeira intervenção resoluta da cultura na luta política. À reação, que se exprime destruindo, a cultura democrática responde pelo punho de Picasso, criando uma obra-prima. A partir desse momento, com Picasso à frente, os intelectuais exercerão uma pressão mais forte, infelizmente inútil, sobre os governos democráticos, para impeli-los a defender, finalmente, a democracia. Não é exagero afirmar que, em nosso século e em relação a uma problemática histórico-política, *Guernica* tem a mesma importância que tivera, em relação à problemática histórico-religiosa quinhentista, o Juízo Universal da capela Sistina.¹

Nesse sentido, tanto Alain Resnais quanto Pablo Picasso se debruçam sobre a mesma temática para desenvolver produções artísticas de grande impacto político-histórico: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O bombardeio de cerca de três horas realizado por tropas alemãs no povoado basco de Guernica, em 26 de abril de 1937, insere-se como um dos episódios mais marcantes do conflito espanhol. Contabilizando cerca de 2 mil pessoas assassinadas, o ataque combinou os efeitos de bombas explosivas e incendiárias sobre populações civis, inaugurando uma das mais trágicas marcas da realização de guerras no século XX, a “guerra total”, ou seja, a destruição de toda uma

¹ ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 475.

região, sua população, sua infraestrutura urbana e rural, não mais visando simplesmente derrotar tropas militares inimigas, mas aniquilar todo o povo do território.²

Dando um caráter internacional ao conflito espanhol, essa ação militar fez parte das operações da Alemanha nazista sobre a Espanha no momento em que Hitler utilizava da Guerra Civil Espanhola para testar novos armamentos e estratégias militares, mas também para consolidar a ditadura fascista do General Francisco Franco no país. A explosão da Guerra Civil ocorre justamente quando organizações e indivíduos anarquistas, marxistas e republicanos realizam esforços militares, políticos e econômicos combinados para derrubar a recém-instaurada ditadura franquista, em 18 de julho de 1936, com apoio de monarquistas, da Igreja Católica, latifundiários e burgueses.

Longe de ficar restrita a uma luta interna à Espanha entre monarquistas e republicanos, o conflito consistiu um período revolucionário único no século XX, contendo diferenças marcantes em relação à forma como havia ocorrido a Revolução Russa (1917-1921). Apresentando inovações em projetos sobre como gerir uma sociedade revolucionária, como responder às demandas econômicas, disputa políticas, conflitos militares, a riqueza da Guerra Civil Espanhola está na intensa participação popular tanto nos combates armados quanto nos órgãos deliberativos do governo revolucionário se orientando pela ação conjunta das principais vertentes do socialismo, ou seja, o anarquismo e o marxismo.

A Revolução Espanhola (como é chamada, em geral, por anarquistas e marxistas), diferentemente da Rússia, contou com a hegemonia anarquista nas organizações controladas por trabalhadores. A *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) consistiam as principais forças políticas nas fileiras antifascistas, assim como o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM) também liderava importantes milícias no combate às tropas de Francisco Franco. De acordo com Gaétano Manfrédonia:

Nos lugares mantidos pela C.N.T., os responsáveis organizam a distribuição dos bens de consumo, estabelecem um salário familiar, reorganizam as finanças locais, imprimem bônus de consumo (tendo sido suprimido o dinheiro) obedecendo ao critério de pontuação, montam cooperativas e lojas municipais nas quais reintegram os comerciantes que não fugiram, salvam a coleira de julho (não esqueçamos que os homens estão todos na frente de batalha),

² Para a ação militar em Guernica inaugurando o conceito de “guerra total”, ver: PATTERSON, Ian. *Guernica y la Guerra Total*. Madrid: Editorial Turner, 2008.

requisicionam as máquinas agrícolas e os gados, conclamam todos ao trabalho, em particular as mulheres.

A coletivização é mais ou menos intensa segundo as localidades. Elas só podem contar com suas próprias forças. Elas só podem contar com suas próprias forças. No exterior, não haverá apoio das democracias parlamentares europeias.³

O desfecho da Guerra Civil Espanhola foi trágico, não apenas pela vitória de Francisco Franco sobre os republicanos e antifascistas, mas pelo fato que uma das mais importantes forças na desestabilização das milícias revolucionárias foi o *Partido Comunista de España* (PCE), de orientação stalinista, que seguindo as ordens vindas diretamente da União Soviética assaram a sabotar e combater anarquistas e marxistas de modo que não se consolidasse um governo revolucionário socialista que não se enquadrasse na órbita de poder da URSS. O ano de 1937 é fundamental para observar em que consiste a ação das tropas coordenadas por Stálin favorecendo os franquistas e nazistas.

Em março de 37, em Barcelona, os primeiros embates provocados pelos stalinistas são imediatamente apartados pelos ministros da C.N.T. Mas, em maio, é o ataque definitivo dos comunistas e da direita contra a C.N.T.-F.A.I. e o P.O.U.M. A semana sangrenta de Barcelona começa em 3 de maio de 37. Conquanto o conflito seja latente, a traição dos stalinistas estupefoca a maioria dos combatentes. [...]

Em agosto, é proibido criticar Stalin e a URSS. O Conselho de Defesa de Aragão, último bastião libertário, é liquidado, e seu presidente, Joaquín Ascaso, preso.

Nos campos, Uribe, o ministro comunista da agricultura, vai sistematicamente destruir todas as coletividades agrárias, tudo o que fora construído durante esses meses de revolução, com raro encarniçamento. As divisões do novo exército republicano, dirigido pelos comunistas, quando elas vão ao front, são enviadas contra os camponeses das comunas autogeridas. Seu principal chefe é o sinistro Lister, que mostrará menos entusiasmo diante de Franco alguns meses mais tarde (ele fugirá, simplesmente). É este que utilizará as Brigadas Internacionais para dissolver as coletividades.

Desde 1938 os grandes proprietários são convidados a recuperar suas terras. Nas fábricas, as estruturas autogestionárias são liquidadas à força.⁴

O desenvolvimento de estruturas governamentais autogestionárias⁵ (nas quais os trabalhadores participam dos processos de tomada de decisão com um poder de voto

³ MANFRÉDONIA, Gaétano. *Espanha Libertária: a revolução social conta ao fascismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003, p. 9.

⁴ *Ibidem*, p 15.

equivalente ao quanto essa deliberação implicará sobre suas vidas) foi o principal ponto de divergência entre os revolucionários e os contrarrevolucionários, pois era com base na vitória desse modelo horizontal de poder (e na força de suas milícias nas trincheiras) que todas as bases econômicas, políticas e culturais da sociedade espanhola seriam refundadas. É com base nessa oposição à autogestão que é possível compreender como que as forças do PCE, supostamente antifascistas, combateram a CNT-FAI e o POUM, favorecendo o general Franco e a consolidação de sua ditadura em 1939.

Enquanto vigorou, a experiência revolucionária autogestionária espanhola criou novas relações econômicas e políticas; uma total reconfiguração no papel feminino sobre a sociedade possibilitando a atuação da milícia “anarcofeminista” das *Mujeres Libres*⁶; subversão do autoritarismo militar nos *fronts* guerrilheiros das milícias populares antifascistas, destacando-se a *Columna Durruti*, liderada pelo maior nome do anarquismo espanhol e principal líder na guerra contra o fascismo, Buenaventura Durruti⁷; intensa presença de artistas e intelectuais estrangeiros que apoiavam a luta contra o fascismo, mas também a militância revolucionária de artistas espanhóis, como o pintor José Manaut Viglietti⁸; reformulação da pedagogia, agora se inspirando nas teorias de Francisco Ferrer y Guardia⁹; enfim, não houve campo da atividade humana que não tenha sido afetada pelas novidades geradas pela revolução e das possibilidades de liberdade que ela promovia, dando formas e significados para diversas sociabilidades até então consideradas impossíveis pelos trabalhadores espanhóis.

Destaca-se, entretanto, a total reconfiguração econômica nas áreas controladas pelos revolucionários. Em meio ao odor de pólvora e barricadas que predominavam pelas cidades, há o destaque dos sindicatos controlados diretamente por trabalhadores que apoiavam a revolução, passando a organizar a produção. Os burgueses haviam fugido; cabia, portanto, aos trabalhadores, garantir o abastecimento da população e

⁵ Para uma maior compreensão da estrutura autogestionária instaurada na Espanha a partir de 1936, ver: BERTIER, René; LEVAL, Gaston; MINTZ, Frank. *Autogestão e Anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

⁶ Ver: LIBERTÁRIAS. Direção: Vicente Aranda. Sogepaq Distribución S.A., 1996. 1 DVD (125 min).

⁷ Para a biografia de Durruti e sua atuação na guerra Civil Espanhola, ver: ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O Curto Verão da Anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. PAZ, Abel. *O Povo Em Armas: Buenaventura Durruti e o Anarquismo Espanhol*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1970.

⁸ Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/jose-manaut-oleos-y-dibujos-desde-la-prision-19431944-exposicion--0/html/ff9f4a6a-82b1-11df-acc7-002185ce6064_25.html#I_3 Acessado em 19 dezembro 2014.

⁹ GALLO, Silvio. “Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna”. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072013000200015&script=sci_arttext. Acessado em 19 dezembro 2014.

também dos milicianos que estavam nas frentes de batalhas. De acordo com Augustin Souchy:

Após o 19 de julho de 1936, os sindicatos da CNT encarregaram-se da produção e do abastecimento. Os sindicatos, de início, esforçam-se para resolver a questão mais urgente: a de assegurar o provimento da população. Em cada bairro, cozinhas foram instaladas nos locais dos sindicatos. Comitês de abastecimento (Comités de Abastos) ocuparam-se de buscar víveres nos armazéns centrais da cidade ou no campo. Esses víveres eram pagos com bônus cujo valor era garantido pelos sindicatos. Cada membro dos sindicatos, as mulheres e os filhos dos milicianos, e também a população em geral, foram alimentados gratuitamente. Durante as jornadas de greve, os operários não receberam nenhum salário. O Comitê das milícias antifascistas decidiu pagar aos operários e empregados a soma correspondente ao que eles teriam recebido se tivessem trabalhado durante esses dias. Essa vida econômica sem circulação de numerário durou duas semanas. Quando o trabalho recomeçou, e que a vida econômica retomou seu curso, reiniciou a circulação monetária.¹⁰

No desenvolvimento da coletivização (controle coletivo dos trabalhadores sobre seus locais de produção e do resultado de seu trabalho), constatamos a mesma marcha que na evolução política: em particular, a rejeição de todo movimento totalitário. Os sindicatos também exprimiam a pretensão de regular o abastecimento, sem querer, contudo, fazer disso um monopólio.

O transporte do leite das zonas rurais para as cidades também é assegurado pelos sindicatos, que se ocupam, além do mais, do funcionamento da maioria das leiterias. O sindicato da alimentação controla as empresas agrícolas e trabalha em colaboração com as fazendas coletivizadas.

A maior parte dos estudos sobre a Guerra Civil Espanhola aponta que as maiores transformações realizadas no período ocorreram nas zonas rurais. Afinal, nos campos que se constituíram as *colectividades*, ou seja, a coletivização das propriedades rurais pautada no trabalho coletivo e autogerido entre os camponeses. Segundo Augustin Souchy Bauer, “a *colectividad* é a comunidade de trabalho aldeão livre. Seu nascimento foi determinado pela influência das ideias anarquistas.”¹¹ Em diferentes regiões se formavam *Federaciones de Colectividades* ou *Federaciones Campesinas*, abrangendo Aragão, Levante, Catalunha, etc.

¹⁰ SOUCHY, Augustin. “As Coletivizações na Espanha”. In MANFRÉDONIA, Gaétano. Op. Cit, pp. 31 a 33.

¹¹ BAUER, Augustín Souchy. *Entre Los Campesinos de Aragón: el comunismo libertário em las comarcas liberadas*. Buenos Aires: Editorial Tierra del Sur, 2005, p. 7.

Essa reorganização do trabalho sob bases autogestionadas e coletivas não se realizou com o mesmo ritmo e eficácia em cada região controlada pelos revolucionários. Em Aragão, contando com o apoio das milícias antifascistas que haviam partido da Catalunha, a coletivização se estendeu por meio de intenso combates livrando povoados e aldeias do controle dos latifundiários e apoiadores de Franco. Na rica região de Levante, as províncias de Valência, Castellón, Alicante, Murcia, as *colectividades* promoveram a ampliação da produtividade das terras. Em outras regiões, como Andalucía, Extremadura igualmente se desenvolveu a coletivização agrária com êxito diversificado. Na região catalã, esse processo enfrentou maiores dificuldades pelo fato de grande parte dos camponeses preferirem os métodos tradicionais de cultivo da terra. Porém, isso não impediu que os camponeses da Catalunha contribuíssem à revolução enviando produtos agrários aos *fronts* de batalha.

A coletivização do solo assumiu na Espanha revolucionária uma forma diferente daquela da Rússia. A propriedade agrícola, no âmbito de uma comuna, foi coletivizada, na medida em que ela pertencia anteriormente a um grande proprietário fundiário. Este se posicionava ao lado do clã clerical-militarista e contra o povo. Conforme defende Gaétano Manfrédonia, a coletivização das terras remete à tradição de lutas anarquistas na Espanha antes mesmo de 1936:

Não apenas na Catalunha, mas igualmente em todas as partes da Espanha, as tradições do coletivismo tinham raízes. Quando o poder dos generais foi destruído, constatou-se no país essa aspiração geral em favor da coletivização das grandes propriedades existentes. As organizações sindicais e os grupos anarquistas puseram-se à frente desse movimento pela coletivização. Eles permaneceram fiéis à sua tradição. No Congresso de Madri da CNT, em junho de 1931, a coletivização do solo foi declarada como um dos mais importantes objetivos dos trabalhadores do campo.

As decisões tomadas por esse congresso indicam claramente a via que, em julho e agosto de 1936, os trabalhadores do campo deviam seguir.

Na resolução de junho de 1931, reivindicava-se...

- Todos os pastos, grandes propriedades, terrenos de caça e outras propriedades fundiárias devem ser expropriados sem indenização e declarados propriedades públicas (sociais). Todos os contratos concernentes a rendimentos a pagar aos proprietários serão anulados e substituídos por outros contratos estabelecidos pelos sindicatos segundo as necessidades de cada distrito.

- O galo de corte, as sementes, os utensílios agrícolas e as máquinas que se encontram em posse dos particulares serão expropriados.

- Repartição proporcional às necessidades e gratuita dos campos semeados e dos utensílios agrícolas entre os sindicatos dos trabalhadores agrícolas para a valorização das terras e sua exploração.
- Supressão dos impostos, dívidas e hipotecas que pesam sobre as propriedades agrícolas exploradas por seus próprios proprietários sem a ajuda constante ou o serviço assalariado de outros trabalhadores.
- Supressão dos impostos agrícolas e taxas de outra natureza que os pequenos arrendatários são obrigados a pagar aos grandes proprietários ou aos intermediários.

O congresso declara que a socialização do solo e de todos os meios e instrumentos concernentes à produção agrícola e a valorização das terras, sua utilização e exploração pelos sindicatos agrícolas unindo os produtores é uma condição primordial para a organização de uma economia que assegurará a coletividade operária o produto integral e os benefícios de seu trabalho.¹²

As fronteiras entre os vilarejos são desfeitas, voluntários deslocam-se de uma comuna à outra, as florestas são recuperadas, os gados aumentados, as sementes plantadas, criam-se fazendas e hortas experimentais, os pequenos proprietários são autorizados a permanecer fora das coletividades, mas, em contrapartida, não se beneficiam dos resultados. Todavia, os bens dos franquistas são tomados, os camponeses assumem o poder em suas fazendas.

Nas áreas rurais autogeridas desviam cursos d'água para ampliara a produção, moinhos são construídos, constroem-se escolas e bibliotecas para combater o analfabetismo, a maior parte da população trabalha, os salários são pagos por semana, os refugiados acolhidos pelas comunas, Conselhos de Defesa substituem as antigas prefeituras, as regiões mais prósperas ajudam as mais pobres.

A realização de assembleias entre os próprios produtores rurais se tornou a norma generalizada. Nessas reuniões deliberavam sobre as formas de coletivização, debatiam sobre a manutenção ou supressão de pequenas propriedades, informavam e decidiam sobre assuntos do trabalho, elegiam delegados, adotavam acordos sobre educação saúde, etc. O problema do dinheiro, por exemplo, foi resolvido de forma diversa de acordo com a decisão da assembleia daquela localidade, sendo muitas vezes substituído por cadernetas familiares, bônus, escalas de trabalho.

Os pequenos proprietários que tinham aceitado a mudança econômica puderam continuar a trabalhar no âmbito do sindicato, que se colocou à frente da coletivização. Os exportadores também se juntaram no sindicato e, em vários lugares igualmente, os pequenos proprietários. O solo e a propriedade são trabalhados em comum pelos

¹² MANFRÉDONIA, Gaétano. Op. cit. pp. 36 e37.

trabalhadores do campo, todos os produtos são entregues ao sindicato, que paga os salários entende a produção.

As *colectividades* intensificaram os cultivos, aplicaram métodos modernos de trabalho, estabeleceram a propriedade comum das ferramentas e todos os instrumentos de trabalho, cultivaram a policultura, promoveram a ampliação das obras de irrigação e instalaram granjas. Tiveram de lidar com uma dificuldade central: a manutenção ou supressão de pequenas propriedades. De acordo com Jacinto Cimazo:

Merece destaque um fato comum a todas as zonas em que a revolução frutificou nas Colectividades dos camponeses. O grave problema dos pequenos proprietários de terra que não vieram a se integrar na coletivização foi resolvido da maneira mais justa e peculiar. Respeitou-se o direito dos que preferiram seguir trabalhando por sua conta, confiando-se que o exemplo da vida solidária iria atraí-los à nova experiência social. E assim foi em muitos casos, especialmente no que se referia a camponeses jovens, menos atrelados a rotinas e preconceitos individualistas. A única condição que havia de ser respeitada, para estar à altura do momento em que se vivia, era a de não explorar ninguém nem acumular terra excessiva subtraída à comunidade.¹³

Os camponeses coletivistas que não tinha recursos econômicos era admitido com os mesmos direitos e deveres que os demais. Com a revolução em curso, as terras improdutivas eram entregues aos sindicatos de camponeses, que organizaram as primeiras *colectividades*. Geralmente os minifundiários eram respeitados, desde que empregassem o trabalho familiar e não a mão de obra assalariada. Desses, os que rejeitassem as coletivizações eram denominados como “individualistas”. Segundo José Peirats:

Em alguns povoados os ‘individualistas’ recorriam à ajuda mútua entre si, mas de todos os modos suas culturas resultavam parcas em quantidade e qualidade. Antes da rendição, que para alguns significava ingressar na Colectividad, preferiam abandonar o povoado deixando os animais de trabalho amarrados na propriedade (Montblanc). Possuíam também dificuldades para se abastecer, pois os clássicos comerciantes em alguns lugares foram suprimidos como intermediários inúteis e prejudiciais.¹⁴

A forma como os revolucionários espanhóis lidaram com a questão agrária, sobretudo com o problema das pequenas propriedades, reflete ao mesmo tempo a riqueza da Guerra Civil Espanhola em seu projeto revolucionário e as diferenças em

¹³ CIMAZO, Jacinto. *La Revolución Libertaria Española (1936-1939)*. Buenos Aires: Editorial Reconstruir, 1994, p. 27.

¹⁴ PEIRATS, José. *Los Anarquistas en La Crise Política Española (1869-1939)*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006, p. 160.

relação ao que se configurou na URSS. As milícias populares, os sindicatos, as *colectividades* não esperavam decisões do Estado para determinarem como seria o dia seguinte da produção e da luta armada.

Participar da revolução significava criar, coordenar e vivenciar suas próprias estruturas de tomadas de decisão, enfrentando diretamente e cotidianamente todos os problemas que essa postura acarretasse. Mesmo a CNT foi afrontada com a autonomia dos seus filiados por vezes não acatavam suas decisões quando as julgavam incorretas.

Em um país predominantemente rural, evidentemente, para que a revolução fizesse sentido, suas principais inovações se deram no campo, com a formação das *colectividades* e sua coexistência com as pequenas propriedades, marcando uma experiência sem equivalência nos processos revolucionários.

Dessa forma, a experiência espanhola, embora de curta duração e muitas vezes tratada com importância reduzida por parte da historiografia, consistiu em uma das construções revolucionárias mais inovadoras do século XX em todos os seus aspectos. Nada fora preparado de antemão, as práticas cotidianas superaram as teorias, o poder era reinventado, deixando uma vasta gama de exemplos que inspirariam movimentos sociais posteriores. Foi necessária a atuação concomitante de nazistas, stalinistas e franquistas para conter a força do que do estava sendo gestado a partir da Espanha, demonstrando a importância do que estava sendo criado. Somaram-se a isso decisões da própria CNT – como quando ela decidiu participar do governo republicano – que, a despeito da intenção de seus membros, terminaram por complicar o avanço do processo revolucionário.

Artigo redigido em dezembro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BAUER, Augustín Souchy. *Entre Los Campesinos de Aragón: el comunismo libertário em las comarcas liberadas*. Buenos Aires: Editorial Tierra del Sur, 2005.
- BOOKCHIN, Murray. *To Remember Spain: The Anarchist and Syndicalist Revolution of 1936*. San Francisco: AK Press, 1994.
- BERTIER, René; LEVAL, Gaston; MINTZ, Frank. *Autogestão e Anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.
- CIMAZO, Jacinto. *La Revolución Libertaria Española (1936-1939)*. Buenos Aires: Editorial Reconstruir, 1994.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O Curto Verão da Anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GALLO, Silvio. “Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna”. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072013000200015&script=sci_arttext. Acessado em 19 dezembro 2014.

MANFRÉDONIA, Gaétano. *Espanha Libertária: a revolução social conta ao fascismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

PATTERSON, Ian. *Guernica y la Guerra Total*. Madrid: Editorial Turner, 2008.

PAZ, Abel. *O Povo Em Armas: Buenaventura Durruti e o Anarquismo Espanhol*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1970.

PEIRATS, José. *Los Anarquistas en La Crise Política Española (1869-1939)*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.

FILMOGRAFIA

A LÍNGUA das Mariposas. Direção: José Luís Cuerda. Warner Home Video, 2002. 1 DVD (96 min).

LIBERTÁRIAS. Direção: Vicente Aranda. Sogepaq Distribución S.A., 1996. 1 DVD (125 min).

TERRA e Liberdade. Direção: Ken Loach. Warner Home Video, 1995. 1 DVD (109 min).